

Editorial / Editorial

A presente edição tem como foco o VII Encontro Tensões Mundiais, realizado em junho de 2021, que debateu um tema caro aos pesquisadores do Observatório das Nacionalidades: a internacionalidade da nação. Naquele momento construímos uma frutífera parceira com a Universidade de York que, pelo terceiro ano consecutivo, organizava o evento *Ventana III* com a proposta de refletir sobre *Glocal reactions and responses, thinking global acting local*. O campo de estudo se mostrava propício, pois a concepção epistemológica que orienta nossa rede de pesquisa é a indissociabilidade entre internacional, nacional, regional e local.

Nossa perspectiva era divulgar novas orientações metodológicas no estudo da nação, fruto da pesquisa “Literaturas, nacionalidades e colonialismos: cartografia social das comunidades imaginadas do Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau”, desenvolvida por uma equipe transdisciplinar da UECE e da UNILAB. A universidade internacional situada em Redenção, no Ceará, proporciona a vinda de estudantes de países da África de língua portuguesa. Tal processo tem contribuído para a população migrante ressignificar suas identidades nacionais, como também ressignificar as identidades do que é ser cearense, nordestino/a, brasileiro/a e latino-americano/a na contemporaneidade.

Iniciamos apresentando cinco artigos que compõe o dossiê *Ventana*, escolhidos dentre os trabalhos submetidos ao comitê científico do evento.

Originalmente um entreposto transatlântico de escravos, elevada à condição de “província de ultramar” de Portugal, em 1952, a atual República de Cabo Verde integrou a luta unificada de libertação liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A partir desta abordagem histórica, Wesley Sampaio e Mônica Martins refletem sobre as particularidades culturais de uma nação que se autodenomina crioula. O artigo oferece elementos para entender a imaginação anticolonial, anterior à formação do Estado nacional, e a crioulação, enquanto

processo identitário construído por meio de diferentes manifestações da literatura cabo-verdiana.

Doutoranda na Universidade de Nottingham e cidadã chilena, Patricia Lagos examina um fenômeno atual conhecido como *weda kurruf ou vento malo*: o suicídio entre jovens indígenas da etnia Pewuenches. Dentre os múltiplos fatores envolvidos, destacam-se problemas de saúde mental provocados pela imposição de programas educacionais. Seu estudo mostra que, além dos traumas da colonização, a política neoliberal adotada no Chile perpetuou a violência e discriminação contra povos originários mediante a apropriação de suas terras e a negação de sua cultura.

A fome persiste afetando milhões de pessoas, apesar do direito à alimentação constar da Declaração Universal de Direitos Humanos. O Brasil é um caso emblemático e objeto de interesse de Stefanie Mendes, pesquisadora assistente no *European Research Council Starting Grant*, do Instituto Internacional de Estudos Sociais. Apoiada em uma abordagem teórica que privilegia o significado cultural e simbólico da alimentação, a autora faz uma análise das origens, da nova alternativa política em uma estrutura neoliberal dependente e dos legados do Programa Fome Zero para o país.

Professora de direito, Patricie Zanon investiga o controle da corrupção, considerando a existência, por um lado, de instrumentos e padrões internacionais para os Estados unificarem suas ações e, por outro, de características próprias a determinadas regiões, a exemplo da América Latina. Ao tratar desse tipo de criminalidade, adota uma perspectiva *glocal* que combina a visão global com as particularidades locais. O artigo identifica alguns desafios e recomendações para reduzir e/ou prevenir a corrupção, percebida como uma das principais preocupações da população latino-americana.

Concluimos o dossiê com um trabalho sobre a pandemia e os serviços de inteligência, de autoria de Luis Suárez, profissional com experiência em defesa e segurança nacional. O doutorando na UNAM compartilha inquietações e resultados preliminares de seu estudo comparativo da gestão governamental em 38 países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Argumenta que, em contexto democrático, tudo que afeta a vida e o bem-estar da população, concretamente sua saúde, constitui obstáculo à segurança do Estado nacional.

Os quatro próximos artigos ampliam as reflexões iniciadas com a OCDE para outros organismos multilaterais. Os autores tratam da atuação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), responsável pelo combate à fome e à pobreza; da convergência entre políticas sociais da ONU e China para erradicação da pobreza no país; da jurisprudência da Corte Internacional de Direitos Humanos em julgamentos envolvendo menores migrantes; da iniciativa da União Africana (UA) para o desenvolvimento e inserção internacional do continente, em cooperação com o Banco de Desenvolvimento Africano e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África.

Lorena Hernández, Mauro Campos e Caroline Rangel se debruçam sobre as experiências de gestão de uma agenda coletiva em termos da política pública internacional de combate à fome. Para efeito, mapeiam as ações da FAO na América Latina e Caribe, em especial, suas atividades no Brasil, e identificam as ferramentas empregadas para alcançar metas concretas, como a política de Segurança Alimentar e Nutricional. Destacam que a parceria FAO-Brasil vem sofrendo constrangimentos no atual governo e o país retornou ao “mapa da fome”

Na China, 850 milhões de pessoas escaparam da pobreza absoluta, o que corresponde, nos últimos cinquenta anos, a 70% da população mundial. Entender como as diretrizes da ONU são incorporadas nos projetos chineses ligados à erradicação da pobreza é o foco do artigo de, Isis Maia, Luciana Papi e Diego Pautasso. Os colegas da UFRGS lembram o crescente engajamento da China nos mecanismos de governança multilateral, em particular a convergência com a Agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ressaltando seu papel nas mudanças no sistema de poder internacional.

Pobreza e fome, além das guerras, constituem elementos impulsionadores da crescente expansão de processos migratórios internacionais. Hoje, a migração massiva para a Europa, ao tempo que desperta reações negativas, mobiliza o que tem sido chamado de “ajuda humanitária”. Mas, como os países europeus vem lidando com este fenômeno? Essa inquietação originou o trabalho de Aline de Andrade e Tarin Mont’Alverne que investigaram alguns casos de menores migrantes julgados pela Corte Europeia de

Direitos Humanos. Sustentam que as decisões judiciais favoráveis à detenção destas crianças e jovens ferem os direitos humanos e configuram prática de xenofobia.

Grande parte dos refugiados procedem do Magreb e/ou da África Subsaariana, regiões imersas em tensões de toda ordem, provocadas pela exploração de suas riquezas naturais e de sua população. Neste sentido, a proclamação da Agenda 2063 tem um caráter simbólico importante: neste ano se comemora o centenário da Organização da Unidade Africana (OUA), precursora da UA. Os professores de relações internacionais Guilherme Ziebell e Anselmo Otavio apresentam uma avaliação crítica da Agenda 2063, destacando sua gênese, principais características e aspirações, além dos resultados de 2015 até o presente. Sua criação é parte de um processo que engloba tanto o Pan-Africanismo quanto o Renascimento Africano, que busca maior inserção internacional do continente.

Após as lutas de independência, persistem os conflitos violentos, com certa preponderância nos países da África Subsaariana, como no caso de Guiné-Bissau, cuja história é marcada por governos autoritários, golpes de Estado e assassinatos políticos. Convivendo com estudantes e professores bissau-guineses na UNILAB, Thiago Rocha Vasconcelos, Wanderson Lucas Souza Silva, Nelsio Gomes Correia e Natchidjubutche Gomes questionam a legitimidade do uso dos conceitos de “Estado Frágil” e “Narco-Estado” como ferramenta analítica para compreender os fenômenos de insegurança e crise. O artigo evidencia que esse tipo de classificação reforça a dependência e a estigmatização do continente africano, tido como fonte de “problemas” para a comunidade internacional.

Encerramos a presente edição com um panorama das políticas culturais no Brasil voltadas ao setor do livro, leitura, literatura, bibliotecas e escrita, bem como as impressões quanto sua aplicabilidade e efetividade no campo das humanidades. Carolina Ficheira, professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing, revela sua preocupação com os impactos dessa política pública no desenvolvimento social e na vida dos brasileiros, uma vez que o Estado não tem estimulado a contento aspectos fundamentais, tais como: produção, consumo, inovação e experimentação artística.

Desejamos uma boa leitura!